

**RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA REUNIÃO  
INTERPARLAMENTAR DA COMISSÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (REGI) DO  
PARLAMENTO EUROPEU**

**Bruxelas, 7 de novembro de 2023**

A delegação da Assembleia da República integrou os seguintes Deputados:

- *Deputado Jorge Botelho (PS), Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação - chefe da delegação*
- *Deputado Filipe Melo (CH), Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação*
- *Deputado João Azevedo Castro (PS), Comissão de Assuntos Europeus*
- *Deputado João Barbosa de Melo (PSD), Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local*

A assessoria na reunião foi prestada por Catarina Ribeiro Lopes, Representante da Assembleia da República junto das instituições da União Europeia.

Da agenda da reunião subordinada ao tema *O futuro da política de coesão pós-2027: oportunidades, desafios e próximos passos*, constavam as seguintes sessões:

**DEBATE DE ABERTURA: POLÍTICA DE COESÃO - REALIZAÇÕES, DESAFIOS E FUTURO**

*Younous Omarjee, Presidente da Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu*, deu as boas-vindas aos participantes e reiterou a importância da política de coesão, da sua programação antecipada, esperando que o orçamento destinado à coesão estivesse ao nível das suas exigências. Recordou que haviam já sido apresentados os valores presentes no Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2021-2027 para a coesão, referindo que estes superam os fundos destinados à PAC. Deu nota que a coesão traduzia solidariedade, tendo por base um objetivo de justiça e equidade, sendo uma política dos 27 Estados-Membros, independentemente dos níveis de desenvolvimento. Frisou que a política de coesão deu provas de grande flexibilidade durante os vários períodos de crise, destacando que a cooperação com Comissária Elisa Ferreira foi essencial para atenuar os impactos da pandemia. Por fim, salientou a importância do clima e das suas ações no âmbito da política de coesão, as preocupações com as disparidades territoriais na UE e a utilização do 8.º relatório sobre a coesão como base para tomar as próximas medidas nesta área.

Seguiu-se a intervenção da *Comissária Europeia para a Coesão e Reformas, Elisa Ferreira*, que começou por referir que o período geopolítico atual era o mais conturbado deste século, sendo a Europa confrontada com consequências desastrosas como as alterações climáticas e a guerra na Europa e sua vizinhança. Apontou a corrida económica global, em que a ordem internacional tem sido contestada e o acentuar das desigualdades socioeconómicas, o

desfasamento de competências profissionais relativamente ao mercado trabalho e a pandemia covid-19 como principais desafios a enfrentar. Apresentou o descontentamento geográfico como uma fragilidade da UE e das suas democracias na proximidade das eleições europeias. Destacou a importância do debate com os Parlamentos nacionais sobre os desafios e prioridades comuns, considerando a política de coesão uma máquina de convergência onde todos os Estados-Membros são parte integrante. Considerou esta política também um elemento estabilizador, importante em situações de crise pela sua flexibilidade, permitindo apoio ao desenvolvimento e investimento, devendo, por isso, esta política continuar no centro da UE. Relembrou que todas as regiões devem contribuir para o bem comum, dispondo de instrumentos para que não sejam excluídas e possam ser integradas, dando à Europa vantagem competitiva e concorrencial. Terminou referindo que os cidadãos esquecidos reagem contra o sistema que não os inclui, considerando que só em conjunto será possível enfrentar todos os riscos, perigos e desafios que a Europa enfrenta.

As intervenções terminaram com *Mercedes Caballero Fernández, Secretária-Geral para os Fundos Europeus do Ministério das Finanças de Espanha, que recordou que a política de coesão era também uma prioridade da presidência espanhola, a sua coexistência com o Mecanismo de Recuperação e Resiliência e as sinergias, desafios e oportunidades que representa e a importância de contribuir para o respeito pelo artigo 174.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia. Deixou ainda três ideias principais sobre o futuro da política de coesão: importa não distribuir os recursos pelos vários Estados-Membros mas sim pelos programas para as diferentes realidades a enfrentar, seja a pressão migratória, as alterações climáticas, o emprego, a situação dos jovens, a pobreza e exclusão, considerando que as regiões não têm todas o mesmo ponto de partida e, por isso, o seu caminho será distinto; gestão partilhada e governação multinível, com redução da carga burocrática, é essencial, uma vez que a sobreposição de dois níveis de controlo e gestão consome muitos recursos, defendendo o princípio da auditoria única; a política de coesão pode contribuir para a autonomia estratégica da UE e para o regulamento STEP. Por fim, aludiu à importância da cooperação territorial, como elemento base para a integração europeia, e destacou as regiões ultraperiféricas neste âmbito.*

Durante o período de debate, os deputados do Parlamento Europeu focaram o aumento das disparidades territoriais e sociais, apesar das políticas de coesão, a necessidade de maior financiamento no próximo QFP e mais fundos para a política de coesão poder dar resposta aos novos desafios, a necessidade de modernização e simplificação desta política, sobretudo incluindo a transição ecológica e digital, a importância de reduzir a burocracia e garantir maior flexibilidade de transparência e a importância da participação dos Parlamentos nacionais na construção desta política.

Por parte dos Parlamentos nacionais, foi referida a adaptação necessária da política de coesão ao processo de alargamento, nomeadamente no caso da Ucrânia e da sua reconstrução, acompanhamento dos investimentos da coesão com políticas nacionais que garantam o cumprimento dos seus objetivos, a importância do debate sobre os recursos próprios e o orçamento da UE neste âmbito, a ligação das medidas da coesão ao pilar europeu dos direitos sociais (ideias expressadas pelos membros do Senado italiano e Assembleia Nacional francesa). Por parte do Parlamento húngaro, foi referida a importância de receber os fundos da UE para cumprir o objetivo de desenvolvimento de todas as regiões até 2030, assim como o trabalho a desenvolver durante a presidência da Hungria neste âmbito. Foi ainda focada a

possibilidade da política de coesão ter como critério as zonas fronteiriças, barreira de segurança para toda a Europa (Parlamento finlandês), a relação da política de coesão com o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, as suas novas perspetivas e os projetos específicos para regiões específicas (Parlamento helénico), o impacto limitado destas políticas nos agregados familiares mais pobres e a necessidade de revisão dos fundos da coesão (Senado dos Países Baixos), mais coerência para uma maior convergência e aposta na qualificação de trabalhadores e mobilidade social (Senado da Roménia), a necessidade de uma visão estratégica da coesa (Senado italiano) e o foco nas regiões, e não nos países, onde existem as verdadeiras disparidades (Senado checo).

Interveio neste debate o Deputado Filipe Melo (CH), tendo referido as zonas brancas de internet no interior de Portugal e a diferença para o litoral, assim como o funcionamento deficiente da rede telefónica, as dificuldades de conectividade entre as ilhas das regiões periféricas dos Açores e da Madeira e destas com Portugal continental, a ligação de Portugal à Europa e a concretização do TGV, as metas de descarbonização assumidas e o seu não cumprimento pelo adiamento sucessivo deste projeto. Mencionou ainda a situação das portagens e a forma como afetam a ligação entre o litoral e o interior do país, fomentando a desertificação do interior e não favorecendo a coesão territorial. Por fim, referiu-se aos investimentos para erradicar a pobreza e à quantidade de pessoas que, apesar destas, continuam na mesma situação.

Os oradores responderam às diferentes questões, tendo a Comissária Elisa Ferreira destacado a importância da união e força conjunta nesta matéria, garantindo que a UE não estaria em modo defensivo, mas sim a olhar para o futuro, sendo a Europa o primeiro continente com objetivos em termos de clima e com fomento de indústrias concretas.

#### **MELHORAR A EFICÁCIA DA POLÍTICA DE COESÃO**

*Emil Boc, Presidente da Comissão para a Política de Coesão territorial e Orçamento da UE (COTER) do Comité das Regiões e co-relator do parecer do Comité relativo ao futuro da Política de Coesão*, começou por diferenciar a política de coesão do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, não podendo haver a substituição da primeira pelo segundo. Considerou que a política de coesão deve abranger todas as regiões, uma governança multinível, ter uma abordagem local, mas com gestão partilhada e com base no princípio da parceria, devendo o seu orçamento, pelo menos, manter-se. Salientou que a política de coesão não deve ser uma máquina de depósito de verbas para urgências, sendo essencial proceder à sua modernização, reduzir a burocracia, imprimir mais flexibilidade e debater atempadamente o próximo quadro 2027-2030.

A intervenção seguinte coube a *Andrey Novakov e Marcos Ros Sempere, Membros do Parlamento Europeu e relatores para o Regulamento Disposições Comuns*, que mencionaram a pertinência deste debate, o relatório que estavam a elaborar para avaliar a concretização da política de coesão ao nível dos municípios, lamentando a dicotomia entre as boas ações e medidas locais em comparação com a má reputação das normas europeias. Defenderam não haver contribuintes ou beneficiários líquidos da política de coesão, beneficiando todos, não devendo os Estados-Membros considerar que a política de coesão não é necessária pela existência do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, recordando que foi a política de

coesão que salvou vidas durante a pandemia. Aludiram ainda à solidariedade, equilíbrio, igualdade de oportunidades e valores que estão no centro do projeto europeu e que são expressões da política de coesão, reiterando a importância de reduzir os entraves administrativos e afastar a confusão relativamente à aplicação do *Next Generation EU*, devendo o debate sobre o tema ter os cidadãos no seu centro.

A *Peter Berkowitz, Diretor da DG REGIO da Comissão Europeia*, pertenceu a última intervenção desta sessão, dando nota do processo de análise realizado quanto a esta política, esperando que pudessem surgir contributos a nível nacional e dando nota do trabalho do grupo de peritos de alto nível sobre o tema, que apresentará as suas conclusões em março de 2024 e que contribuirão para as discussões no fórum da coesão que decorrerá em abril.

O período de debate foi marcado pelas intervenções dos deputados dos Parlamentos nacionais sobre a importância de envolver os Parlamentos nacionais nesta discussão, dos deputados chegarem às comunidades que representam e apresentarem os efeitos da política de coesão e transmitirem os seus resultados procurando combater as posições extremistas e dando a conhecer os resultados económicos dos esforços reais, embora se continue a verificar um desenvolvimento assimétrico nos Estados-Membros (Câmara dos Deputados romena). Foi também focada a coesão como dimensão essencial, sendo necessário superar os desafios e consequências que o alargamento pode representar para esta política (Parlamento belga), a relevância de partilhar informações sobre a aplicação desta política, nomeadamente a sua capacidade para garantir maior neutralidade ambiental, e a proximidade de alguns Estados-Membros com as fronteiras de Ucrânia e Moldávia, sendo os fundos importantes para desenvolver estas regiões (Parlamentos italiano e romeno). Por fim, foram feitas referências aos recursos energéticos à escala europeia e aos desafios enfrentados também relativamente a esta matéria, assim como o desenvolvimento demográfico em zonas rurais e lacunas existentes em termos de infraestruturas e transportes (Parlamento irlandês), bem como a necessidade de debater o poder das regiões relativamente às políticas de UE no debate sobre o seu futuro (Parlamento francês).

Já os deputados do Parlamento Europeu declararam ser injusto que a política de coesão trate de outros problemas, abordaram a relevância do tema relativamente às próximas eleições europeias, dando ainda nota que, no que se refere ao Brexit, a maior taxa de apoio à saída do Reino Unido da UE verificava-se em regiões para as quais os fundos europeus haviam contribuído para o seu desenvolvimento, não sabendo os cidadãos britânicos desse apoio, pelo que consideraram essencial comunicar as vantagens desta política, assim como contar com os Parlamentos nacionais para o debate e futuro da política de coesão.

Intervieram neste debate os Deputados:

João Barbosa de Melo (PSD), que saudou os fundamentos que parecem estar no centro da política de coesão pós-2027: soluções menos uniformes no território da UE, tomando em conta a especificidade de cada território, ainda que reconhecendo o perigo da pulverização da política de coesão; construção de um sistema menos complexo, reduzindo a burocracia, ainda que referindo o perigo de corrupção e de desvio dos objetivos comuns; mais trabalho para a coesão dos valores europeus, mantendo a coesão territorial como peça central, não obstante o perigo da defesa apenas de políticas nacionais e interesses egoístas. Frisou ainda que a política de coesão será sempre medida a partir do seu bolo orçamental, que tem vindo

a crescer, perguntando se haverá orçamento na UE para sustentar a continuação deste crescimento.

João Azevedo Castro (PS), que se referiu ao reforço da igualdade de oportunidades como pilar fundamental do projeto europeu, aos desafios futuros e à necessidade de continuar a reforçar este desiderato, considerando as disparidades entre regiões, nomeadamente no que respeita ao seu cariz económico e social, mas também decorrentes de limitações naturais e demográficas. Salientou o relevo das políticas de coesão nesta sede, o consenso alargado sobre a sua evolução pelo que representam no investimento público, aproximação que têm promovido na recuperação do atraso em muitas regiões e pelo combate à pobreza e exclusão social. Destacou o seguimento dos trabalhos do grupo de alto nível e do Comité das Regiões, que apontam oportunidades de melhoria, como o reforço dos fundos, a aproximação das políticas às realidades de cada região ou simplificação dos procedimentos. Terminou dando nota da importância da ação das instituições europeias nesta matéria.

Jorge Botelho (PS), aludiu ao 8.º Relatório da Coesão e à importância da política de coesão para a UE, aos novos desafios da Europa e aos seus valores comuns, ao desenvolvimento de toda a UE conforme previsto nos Tratados, subsistindo, no entanto, disparidades regionais na União. Considerou necessário melhorar a eficácia da política de coesão, tendo presente que o centro das políticas europeias e nacionais são os cidadãos, reforçando as verbas destinadas à coesão, devendo os fundos de outros programas ser concentrados na coesão e avançando com novos indicadores de coesão além do PIB per capita. Defendeu ainda a simplificação dos procedimentos para maior rapidez da execução dos fundos, apoiados num princípio de abordagem da base local, regional ou nacional, devendo todos os territórios fazer parte da política de coesão, sem estigmatização. Concluiu frisando a importância de uma coesão multinível.

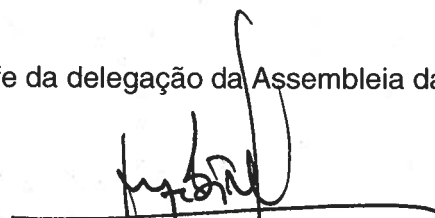
#### NOTAS FINAIS

*Younous Omarjee, Presidente da Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu, encerrou a reunião, fazendo uma breve síntese das ideias partilhadas.*

O vídeo integral da reunião encontra-se disponível [aqui](#).

Assembleia da República, 6 de dezembro de 2023

O chefe da delegação da Assembleia da República



(Deputado Jorge Botelho)

